

Escala espacial e Geografia: pela transposição da região

Prof. Dr. Célio Augusto da Cunha Horta
Departamento de Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais

Resumo

Comparecem neste artigo algumas reflexões sobre escala espacial, com o foco, especialmente, na região. Pretende-se, assim, contribuir para o desenvolvimento de leituras multiescalares de região. Considera-se que a região deve possuir uma posição escalar de maior amplitude na Geografia.

Palavras-chave: escala; região; geografia.

Abstract:

This article presents some reflections on the spatial scale with focus, especially in the region. Intends contribute to the development of concepts of multi-scale region. Considers that region should have position in geography broader scale.

Keywords: scale; region; geography.

Recebido 09/2013
Aprovado 09/2013

celio@igc.ufmg.br

Introdução

A discussão sobre escala adquiriu, nos vinte últimos anos, maior envergadura na Geografia. Porém, o debate sobre a relação *escala e espaço* parece que ainda não alcançou um patamar satisfatório quando se considera, particularmente, a *região* na macroescala. Até há pouco tempo, a categoria território, por exemplo, comparecia (não somente na Geografia) como quase sinônimo de Estado nacional. Todavia, Marcelo José Lopes de Souza (1995), ao explorar o território do narcotráfico nas favelas cariocas, os “Territórios Flutuantes” da prostituição, etc. contribuiu para o “destrancamento” escalar dessa categoria geográfica. Rogério Haesbaert (1995, 2007) e Claude Raffestin (1993)¹ também colaboraram com a evolução conceitual de território e, portanto, com o reconhecimento de sua condição multiescalar. Já a categoria região, apesar de amplamente debatida no meio geográfico, encontra-se ainda envolta de problemas epistemológicos variavelmente (in)compreendidos.

A mais recente desvalorização da região (e dos estudos regionais) na Geografia tem, inclusive, relação com uso preferencial – ou exclusivo – de outras categorias espaciais, como lugar, território e paisagem. Concomitantemente a essa relativa marginalização, algumas abordagens geográficas (muitas vezes pela falta de rigor conceitual) acabam por “diluir” ou “misturar” a região nessas e em outras categorias, como espaço vivido, fronteira, etc. Além do mais, persistem orientações focadas na ideia de que a região extinguiu-se frente aos novos arranjos espaciais do capitalismo. Entretanto, um outro problema – talvez de origem mais remota – refere-se à correlação entre *região e escala*: não raramente, a região permanece entendida como um espaço circunscrito aos territórios nacionais.

A região, desta forma, quando não desprezada, fica, frequentemente, conformada à unidimensionalidade escalar. Essa situação, na Geografia, talvez resulte de uma insuficiência nos debates teóricos sobre a relação *região-escala* e, também, é possível que Alfred Hettner (início do século XX) exerça, ainda hoje, influência, pois esse autor defendeu, para a categoria região, um intervalo intermediário – não muito maleável – entre o micro e o macro. E se o território foi libertado de sua monoescalaridade (antes vinculado eminentemente ao nacional), a região – enquanto espaço produzido e delimitado – permanecerá enclausurada no interior das fronteiras nacionais? Há alguma “máxima epistemológica” que atribua para cada categoria espacial da Geografia uma determinada escala previamente fixada? O lugar está vinculado tão somente ao local? Que procedimentos teórico-metodológicos contribuíram para que o território passasse, recentemente, a ser tratado em suas múltiplas escalas? Como tem sido abordada a paisagem do ponto de vista escalar? Por que a (concepção de) *região internacional* permanece como uma “entidade espacial” estranha à Geografia?

Reúnem-se, neste artigo, reflexões sobre escala espacial: conceitos básicos, a escolha e a mudança de escala, a relação entre escala e poder, etc. Essa revisitação conceitual se justifica pela tentativa de se agregar, preferencialmente, atributos teóricos que favoreçam maiores esclarecimentos sobre a relação entre espaço e escala, para que se possa, a partir de então, pensar, mais seguramente, a região numa perspectiva multi e transescalar. Postula-se, assim, que a região deva assumir uma posição escalar mais ampla e diversa na Geografia.

Entre conceitos e correlações

Registre-se, inicialmente, a precedência pela concepção geral de escala espacial que ultrapassa a métrica e a mera representação gráfica; valoriza-se, desta maneira, a condição relacional entre os níveis escalares de análise espacial. Nesse sentido, Cristina Valenzuela (2004, s.p.) salienta que Javier

¹ No livro *Por uma Geografia do Poder*, Raffestin aponta outras escalas de análise para a Geografia Política e para território. Dentre as várias elaborações sobre território, Haesbaert escreveu, em 2007, “Território e multiterritorialidade: um debate”, na Revista *GEOgraphia* (UFF), ano IX, nº 17; em 1995 publicou: “Desterritorialização: entre redes e os aglomerados de exclusão”. In: CASTRO, I.; GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L. (org.). *Geografia: conceitos e temas*. Nessa mesma obra, Souza escreveu o capítulo: “O território. Sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento.”

Gutiérrez (2001) identifica e distingue quatro conceitos elementares de escala: escala como tamanho, como nível, como rede e como relação. De acordo com essa classificação, a escala como tamanho se apresenta como “escala cartográfica, e estabelece ordens de magnitude e de nível de detalhe ou resolução.” A segunda concepção “alude a la escala como nivel jerárquico (local, nacional, global)” (VALENZUELA, 2004, s.p.). Vale lembrar que é comum, por parte de alguns geógrafos, a determinação de que a primeira corresponda à escala cartográfica e a segunda à escala geográfica, mas esta distinção parece separar radicalmente a perspectiva quantitativa da qualitativa. Sobre essa distinção, Jean-Bertrand Racine, Claude Raffestin e Victor Ruffy (1983, p. 124) enfatizam que:

A escala cartográfica exprime a representação do espaço como “forma geométrica”, enquanto a escala que poderíamos e, sob muitos aspectos, deveríamos qualificar de geográfica, exprime a representação da relação que as sociedades mantêm com esta “forma geométrica” (...).

Esses autores entendem que essa distinção deve ser apreendida sem se estabelecer separação entre ambas. Racine, Raffestin e Ruff (1983, p. 129) defendem que: “Toda tentativa de estudo de um espaço geográfico qualquer (...) deveria passar por uma tomada de consciência desta dialética das escalas geográficas e cartográficas.” Todavia, María Laura Silveira (2004, p. 88) afirma que a “inconveniência da analogia escala cartográfica-escala geográfica é assinalada com persistência por vários autores. Ela procede e reafirma uma concepção geométrica do espaço.” Haesbaert (1993, p. 34-35) ressalta a importância de se diferenciar, pelo menos, “duas formas de interpretar o conceito de escala: para alguns, partidários de uma visão de espaço e tempo absolutos, homogêneos e estáveis, a escala pode ser reduzida à dimensão física, estanque, quantificável do real”; e completa: “para outros, que vêem o espaço e o tempo como relativos, mutáveis e qualitativamente heterogêneos, a escala expressa esta dimensão relativa, mutável do real” (*ibidem*).

Everaldo Santos Melazzo e Cloves Alexandre Castro (2007, p. 136) assinalam que a escala, como medida e representação cartográfica, pode ser entendida como um recurso metodológico que permite ultrapassar a noção geométrica da realidade:

Este recurso é a medida. A medida comum a todas as partes. A medida capaz de um duplo propósito: de um lado, estabelece a proporção entre as coisas (o distante e o próximo, o grande e o pequeno, o micro e o macro) e, de outro, estabelece a homologia entre a realidade e as coisas (neste sentido a escala nos aparece como uma relação apropriada para as representações entre um mapa e a medida real no local).

Afirmam que a escala, nesse último sentido (homologia entre o real e o representativo), comparece como “uma estratégia de reprodução de uma realidade anterior e já dada, restando a quem a mapeia a tarefa de reproduzi-la.” (*ibidem*). Segundo Melazzo e Castro (2007, p. 138), “submetida ao jogo das representações, a escala se transforma em estratégia de revelar ou ocultar determinadas facetas somente apreensíveis a partir da escolha deliberada do sujeito cognoscente.” Para Valenzuela (2004, s.p.), a concepção de escala como nível hierárquico permite verificar que entre “la instancia mundial y la puntual existen toda una gama de niveles insertos unos en otros y asociados muchas veces a las divisiones políticas. Estos niveles son generalmente denominados como supranacional, macro, meso, micro y puntual.” Segundo Armand Frémont (1980, p. 111), as “combinações regionais participam numa dupla hierarquia: hierarquia dos fenômenos, hierarquia da sua representação. Se a estrutura define a combinação regional, a escala permite situá-la em relação a essa dupla hierarquia.”

Yves Lacoste (1997, p.82) afirma que a questão escalar é primordial para o raciocínio geográfico e discorda da ideia de que se pode estudar um mesmo fenômeno em escalas diferentes, pois, segundo o autor “é preciso estar consciente que são fenômenos *diferentes* porque eles são apreendidos em diferentes níveis de análise espacial.” Para Lacoste (1997, p. 79), cada nível de análise “não corresponde somente à consideração de conjuntos espaciais mais ou menos amplos, mas também à definição das características estruturais que permitem delimitar-se os contornos.” Lacoste considera que tanto a escala gráfica (representada nas cartas e mapas) quanto a escala “mais filosófica” manifestam variações de tamanho e de proporção ou diferentes recortes da realidade inerentes à dimensão espacial.

Segundo Iná Elias de Castro (1995, p. 136), “as escalas, portanto, definem modelos espaciais de totalidades sucessivas e classificadoras e não uma progressão linear de medidas de aproximação sucessivas.” Para Castro (1995, p. 130), deve-se apreender com cuidado a relação entre o tamanho espacial e o fenômeno abordado: “a noção de escala inclui tanto a relação como a inseparabilidade entre tamanho e fenômeno.”

No entanto, além da escala cartográfica e da escala como nível hierárquico, Valenzuela (2004, s.p.) ressalta que a terceira concepção – escala como rede – está “asociada a determinadas áreas y niveles y plantea la idea de redes de agentes que operan a distintos niveles y profundidades de influencia.” A autora, contudo, afirma que o conceito mais rico e de maior potencial para análise geográfica é o de escala como relação, por se apoiar na ideia de que, quando se muda de escala, “los elementos que se contemplan pueden ser básicamente los mismos; lo que cambia son las relaciones entre ellos y el modo en que destaca el papel que juegan, adquiriendo algunos una importancia diferencial”. Conforme Valenzuela (2004, s.p.), esta “relatividad en la visión de un mismo hecho desde distintas escalas genera ‘conflictos verticales’ (entre la escala local con la regional y esta con la nacional) y ‘conflictos horizontales’ (entre localidades, entre regiones, entre naciones)”. (VALENZUELA, 2004, s.p.).

Contudo, considera-se importante o estabelecimento de relações entre essas quatro acepções de escala (como tamanho, nível, rede e relação), inclusive porque a “escala como relação” tende, de uma forma ou de outra, a “cooptar” as outras. Não obstante, Valenzuela (2004, s.p.) acrescenta, ainda, que no escopo:

de la conceptualización de la escala como *red* y como *relación*, M. Santos propone una interesante y original alternativa: en lugar de partir de una escala referida a una porción del espacio, aplica la noción de *escala* a los acontecimientos (...), siguiendo dos acepciones: La primera es la *escala del “origen”* de las variables involucradas en la producción del acontecimiento. La segunda es la *escala de su impacto*, de su realización. (VALENZUELA, 2004, s.p.).

Para Milton Santos (1997, p. 121), a escala de origem (ou a escala das forças operantes) “tem como base a origem do evento, sua causa eficiente, cuja incidência se faz, ao mesmo tempo, em diversos lugares, próximos ou longínquos.” Segundo Santos (1997, p. 121), trata-se de eventos solidários, não superpostos, porém conectados por movimentos provenientes “de uma totalidade superior à do lugar em que se instalam.” Já a escala do fenômeno, conforme Santos (1997, p. 121), “tem como base o lugar da objetivação do evento, sua própria geografização. Aqui os diversos eventos concomitantes são solidários porque estão superpostos, ocorrendo numa área comum.” Santos (1997, p. 122), entretanto, questiona: é “mesmo adequado distinguir os eventos segundo a escala de sua origem e segundo a escala de sua incidência ou eficácia?”. Para o mesmo autor (1997, p. 130), “na

era da globalização mais do que antes, os eventos são, pois, globalmente solidários, pela sua origem primeira, seu motor último.” E completa:

O nível global e o nível local do acontecer são conjuntamente essenciais ao entendimento do Mundo e do lugar. Mas o acontecer local é referido (em última instância) ao acontecer mundial. Desde o nascimento, o acontecimento se inclui num sistema para o qual atrai o objeto que ele acabou de habitar. O acontecimento é a cristalização de um momento da totalidade em processo de totalização (...) Cada evento é um fruto do Mundo e do Lugar ao mesmo tempo. (SANTOS, 1997, p. 131).

Santos (1997), portanto, aponta para a necessidade de se considerar a simultaneidade entre os processos locais e mundiais, entre a origem/difusão/receptação dos eventos e as escalas mundial e local. Segundo Thiago Brito (2006, p. 98), “são os eventos que operam essa ligação lugar/mundo”, e Silveira (2004, p.92) ressalta que, além de Milton Santos (1971),

Ph e G. Pinchemel (1988, 1994, p.42) valem-se, também, do conceito de escala de ação para afirmar que “os agentes geográficos exercem seus poderes a escalas desiguais, nas dimensões das áreas territoriais que eles comandam,” mas alertam que é preciso não negligenciar a soma de microdecisões, pois suas conseqüências ultrapassam sua escala de ação.

Melazzo e Castro (2007) também defendem que a escala (como conceito geográfico) deve ser compreendida como uma (cor)relação. Nesse sentido, afirmam que a escala geográfica, na visão de Neil Smith, não se restringe a uma noção puramente cartográfica e nem se reduz a um conceito meramente operacional. Portanto, a escala “passa a ser um conceito integrado a uma teoria (a do desenvolvimento desigual) que procura dar coerência à produção do espaço em diferentes níveis, entendendo-o sempre como espaço organizado e hierarquizado.” (MELAZZO; CASTRO, 2007, p. 139). Assim, em relação ao conceito de escala de Neil Smith, Melazzo e Castro (2007, p. 139) identificam que a determinação dos processos macroeconômicos se realiza na criação de “um espaço-economia cada vez mais integrado e organizado” e esta integração e organização só podem ser compreendidas através das escalas geográficas. Para os autores, Smith considera que as escalas são produtos do capital, “instâncias de concretização e de negação de seus movimentos internos. São diferenciações do espaço produzidas e necessárias ao capital para superar momentaneamente suas contradições.” (*ibidem*).

Contudo, cabe questionar se essas diferenciações escalares, mencionadas pelos autores, se aproximam ou se distinguem das diferenciações espaciais (dos espaços regionais reproduzidos em escalas variadas). Neil Smith (2002, p. 131) afirma que “la producción de escala geográfica es el principal recurso a través del cual la diferencia geográfica se organiza”. Porém, Melazzo e Castro (2007, p. 139-140) assinalam que a escala geográfica, como conceito, “nada mais é que a apreensão das contradições geográficas do capital em seu movimento. Como realidade produzida, as escalas expressam a diferenciação do espaço geográfico, que nada mais é que a diferenciação social produzida pelo capital.” Permanece a dúvida sobre essa possível confusão – ou conexão – entre o processo diferenciado (e desigual) de reprodução do espaço e as escalas de produção/representação. De qualquer maneira, Smith (2002, p. 141) aponta para a seguinte correlação entre produção de escala e a do espaço (regionalizado):

Las diferentes sociedades no sólo producen el espacio, como Lefebvre nos ha enseñado, ellas también producen la escala. La producción de la escala puede ser la diferenciación más elemental del espacio geográfico y es en toda su extensión un proceso social. (...) La diferenciación de las escalas geográficas establece y se establece a través de la estructura geográfica de interacciones sociales.

Escolha, mudança de escala e espacialidade diferencial

A opção por uma escala de trabalho, segundo Melazzo e Castro (2007, p. 133), não é subjetiva e nem aleatória, pois a “definição da escala geográfica condiciona a própria maneira de apreender e lidar com o objeto de análise.” Além do mais, segundo os autores, essa definição inclui a possibilidade de articular escalas. Castro (1995) também compartilha da ideia de que a escolha da escala corresponde a uma opção metodológica do sujeito pesquisador para recortar/estudar o espaço. Silveira (2004, p. 90-91) adverte para a dificuldade de definição da escala e questiona: caso se decida que a escala deva “ser fixada *a priori*, qual seria o coeficiente de arbitrário nessa escolha?”

Para Carlos Bernardo Vainer (2002), a escala manifesta luta pelos poderes e constitui-se objeto de confronto, sendo que a escolha de escala, tanto por parte do pesquisador, quanto por meio de um grupo social específico, enseja um projeto político e exercício de análise. Essa escolha, segundo o autor, exige abstração e mapeamento das multiterritorialidades envolvidas no processo em questão.

Racine, Raffestin e Ruff (1983, p. 125) ressaltam que vários geógrafos ainda consideram que os fenômenos estudados se manifestam praticamente numa mesma escala e, contrariamente a esse postulado, salientam que:

Colocar o problema da escala é também colocar o problema da pertinência da ligação entre uma unidade de observação e o atributo que associamos a ela. Em que escala, por exemplo, as unidades possuem propriedades globais? (...) Cada estudo merece ser colocado dentro de sua perspectiva correta, isto é, dentro de seu campo de pertinência, não somente em relação à área escolhida mas também em relação ao tipo de dados utilizados na análise.

Em relação às pesquisas geográficas em microescala – focadas num bairro, numa cidade, comunidade, favela, minifúndio, município, rua, aldeia, etc. –, Brito (2006, p.103) entende que “(...) na vida cotidiana, estão expressas e impressas todas as escalas espaciais, desde o corpo (...) até o espaço maior (no sentido de global). As pessoas vivem no cotidiano do corpo, do lugar, do território e do mundo.” Racine, Raffestin e Ruff (1983, p. 128) acrescentam ainda que a escala definida pelo pesquisador funciona, no desenvolvimento do trabalho, como um filtro, como “processo de esquecimento seletivo”, assim:

Como primeira aproximação pode-se, pois, definir a escala como uma função do esquecimento coerente que permita uma ação bem sucedida. A escala aparece desde então como um filtro que empobrece a realidade mas que preserva aquilo que é pertinente em relação a uma dada intenção.

Mas, além da definição do recorte espacial, Castro (1995, p. 134) ressalta que o procedimento de mudança de escala trata-se de uma operação delicada que “implica transformações qualitativas não hierárquicas que precisam ser explicitadas.” Para Melazzo e Castro (2007, p. 137), “mudando a escala, mudamos também a ótica e o nível da informação.” E, conforme Castro (1995, p. 121), ao

se realizar uma mudança de escala, é preciso compreender que “tão importante como saber que as coisas mudam com o tamanho, é saber exatamente o que muda e como.”

Lacoste (1997) considera que a mudança de escala (qualitativa) implica numa operação intelectual e na articulação dos “níveis de análise” com os diferentes “espaços de conceituação”; trata-se, portanto, de mudança do nível de conceituação pela “espacialidade diferencial”. Castro (1995, p. 122-123), porém, afirma que Lacoste reduz a noção de escala à medida de superfície, ou seja, a escala é concebida apenas “como medida de proporção entre a realidade e sua representação.” Para Castro (1995, p. 123), “a escala é, na realidade, a medida que confere visibilidade ao fenômeno. Ela não define portanto, o nível de análise, nem pode ser confundida com ele, estas são noções independentes conceitual e empiricamente.” No entanto, Ruy Moreira (2008, p. 172) entende que a “espacialidade diferencial é o conceito de escala formulado por Yves Lacoste (1988)” e ressalta que essa formulação se trata, mais precisamente, de

um conceito qualitativo de escala que para os fins de nossa análise tem seu eixo estrutural na relação entre as esferas da produção e da circulação existente em cada momento da história, variando essa relação em sua forma em função da dimensão e do conteúdo no tempo (...). (*ibidem*).

Racine, Raffestin e Ruff (1983) salientam o significado da escala como mediadora dos processos e das configurações espaciais observadas e, também, como mediadora de intenção, de poder, de ação e de valores². A intencionalidade do sujeito-pesquisador perpassa pela seleção do que seja pertinente e pela determinação de uma escala segundo a definição do recorte espacial. Sobre essa definição, Racine, Raffestin e Ruff (1983) compactuam com a leitura de Lacoste (1997) sobre a correlação entre os conhecimentos abstrato e concreto e as escalas macro e micro (respectivamente) e são contundentes quanto à necessidade do diálogo transescalar e teórico. Para Racine, Raffestin e Ruff (1983, p. 129), os “atributos” da macroescala (denominada por eles de pequena escala) vinculados ao desenvolvimento metodológico das pesquisas geográficas – ou de outros campos de conhecimento – corresponderiam, grosso modo, à tendência para a homogeneidade espacial, à agregação de dados e à generalização, à informação estruturante, etc. Em contrapartida, as pesquisas em microespaços tenderiam, segundo os autores, a lidar com a informação factual, com a diferenciação espacial em relação ao todo, com o espaço vivido, etc³. Nesse sentido, Valenzuela (2004, s.p.) considera que “ao nível escolhido se revelam distintas escalas” e acrescenta:

La selección de una escala como punto de partida, no es inocua ya que determina la relevancia de los fenómenos, su impacto y significado, y supone considerar a la escala elegida como la más apropiada, al mismo tiempo que se presenta como inevitable e implícita a todo estudio que parta acontecimientos específicos que suponen coordenadas espacio temporales concretas. (*ibidem*).

Registre-se, assim, que a escolha e a mudança de escala geográfica devem, cuidadosamente, implicar em procedimentos específicos. Contudo, a “incorporação” das escalas temporais a esse exercício proporciona outras preocupações e adequações de natureza metodológica. Haesbaert (1993, p. 43) afirma que “qualquer estudo que se pretenda denso, apreendendo o social na sua complexidade, deve enfrentar o dilema da priorização/interação entre determinadas escalas de tempo e espaço.” E, segundo Valenzuela (2004, s.p.):

² Sobre a intenção, Racine, Raffestin e Ruff (1983, p. 128-129) salientam que “toda a apreensão da ‘realidade geográfica’ pelo sujeito geográfico passa por uma problemática intencional. (...) Esta se exprime necessariamente, senão exclusivamente, pela determinação de uma escala.” E segundo os autores, a escala como mediadora dos valores situa-se entre a intenção e a ação. Nesse caso, a escala exprime a dimensão de um fenômeno pelas representações espaciais e contribui para a execução planificada das ações.

³ Os “atributos da grande e da pequena escala” apresentados pelos autores carecem de melhor exploração e aprofundamento. De qualquer modo, ver explicitação original em Racine, Raffestin e Ruff (1983). Valenzuela (2004, s.p.), nesse aspecto, não avança em relação à exposição dos autores, pois, segundo ela: “Al respecto, M. Cívot y M. Manchón, resaltan a la pequeña y la gran escala, las cuales pueden ser identificadas por sus cualidades. Las de la primera son: información estructurante, datos agregados, fenómenos latentes, tendencia a la homogeneidad y al modelo, valor de la organización y comunicación. En tanto que la gran escala se caracteriza por la información factual, datos individuales o desagregados, fenómenos manifiestos, tendencia a la heterogeneidad, valoración de lo vivido y de lo existencial.”

La complejidad se acrecienta al considerar las escalas temporales diferenciales de los elementos involucrados en el espacio geográfico. Como señala Horacio Bozzano, “En un mismo territorio, en una ciudad y más aún en una región, podemos leer e identificar tiempos geológicos, meteorológicos, hidrológicos, biológicos, sociales, políticos, psicológicos, económicos, cada uno con sus ritmos, sus duraciones (...)”.

Haesbaert (1993, p. 43 e 45) destaca o cuidado metodológico que se deve ter no estabelecimento, por exemplo, dos tempos breves com os espaços *localizados*, pois, ainda que “não se possa fazer um paralelo estrito entre o tempo breve e a ‘escala local’ em Geografia (...) parece haver aí importantes correspondências que merecem ser analisadas (...)”. E acrescenta: “ocorre, porém, que com a incrível velocidade de nosso tempo, o espaço local passou a condensar em si o mundo (...) há casos/momentos em que o próprio mundo parece tornar-se um ‘espaço cotidiano de relações’, uma ‘escala local’ (...)”; porém, segundo o autor, “nem todo fato histórico corresponde a uma escala territorial específica (...)” (*ibidem*). Ao tratar dos vínculos epistemológicos entre redes, regiões e escalas temporais e geográficas, Haesbaert (1993, p. 49) “posiciona” a escala regional nos tempos breves das inovações impostas pelo capitalismo e também no “tempo das mentalidades” (de mudanças lentas e revigoramentos periódicos):

Non há nenhum espaço regional ou nacional estanque, ou que se disponha numa hierarquia perfeitamente justaposta. (...) muitos fenômenos participam de redes locais ou regionais, outros de redes nacionais/mundiais, e muitas são as descontinuidades e os entrelaçamentos. Delineá-los, destrinchar este confuso “novo” é o que a questão das escalas e da própria região nos propõe.

Valenzuela (2004, s.p.) salienta que a investigação “de distintas temporalidades unidas por uma área comum de incidência implicará também em ‘vieses’ (...)” diferentes. Segundo a autora, esses “vieses” (“sesgos”) devem ser entendidos como inclinações dos diferentes estudos geográficos quando, então, são enfatizados os “aspectos da realidade com respostas ‘lentas’ (décadas, séculos, milênios) ou quando são ressaltados os aspectos de respostas mais velozes, (como por exemplo, a volatilidade dos movimentos do capital na escala mundial)” (*ibidem*).

Lacoste (1997) também se preocupa com a realização de recortes escalares espaço-temporais na Geografia e, conceitualmente, aproxima o conhecimento abstrato da macroescala e o (mais) concreto da microescala. No entanto, não submete essa relação a uma razão mecânica e exclusivista, ou seja, Lacoste não descarta que se pode, por exemplo, extrair o universal do lugar (particular). Além do mais, não afirma que o concreto é, definitivamente, o singular. A correlação abordada por Yves Lacoste não deve ser desconsiderada, mas precisa também ser tratada com cuidado no decorrer do exercício analítico, principalmente quando se pretende estabelecer diálogo entre o local e o global, atrelando-se à concepção de “glocalização”⁴.

Convergências entre a noção geral de glocalização (conforme Robertson, 1995) e o recorte escalar (espaço-temporal) de Lacoste (1997) podem ser identificadas na abordagem de Moreira (2008). Para este autor (2008, p. 172), a “globalização é a escala geográfica segundo a qual a história humana, uma vez tornada mundial, passa a se organizar.” A progressão escalar da humanidade, para a mundialização, segundo Moreira (2008, p. 172), “tem origem nas transformações ocorridas na sociedade feudal no noroeste da Europa entre os séculos X e XIV e que daí sucessivamente se amplifica em escala de abrangência de território até tornar-se mundial.”

⁴ Proposição conceitual de Robertson (1995), que, não obstante, considera importante ultrapassar a interpretação que relaciona o global tão somente ao geral, ao total, e o local ao heterogêneo, ao particular.

Pode-se afirmar, grosso modo, que o processo totalizante de transformação geográfica apontado por Moreira (2008, p. 175) – da espacialidade diferencial simples para a espacialidade diferencial complexa – está pautado na transição (incompleta) da sociedade tradicional para a sociedade moderna (e globalizada). Ruy Moreira (2008, p. 178, 180 e 181), inclusive, adverte para a centralidade das novas (im)posições econômicas e políticas – apoiadas por inovações técnicas e científicas – próprias da espacialidade diferencial complexa com sua derivação pós-moderna, neoliberal e neofordista: “A biorrevolução é uma peça chave na montagem dessa espacialidade diferencial complexa. (...) O rentismo aparece como sujeito hegemônico. (...) Mas é o complexo agroindustrial o exemplo mais completo dessa estrutura de complexos em rede e rede de complexos (...)”.

Sobre as mais modernas articulações campo-cidade, Milton Santos (1997, p. 190) destaca que, antigamente, “eram apenas as grandes cidades que se apresentavam como o império da técnica, objeto de modificações, supressões, acréscimos, cada vez mais sofisticados e mais carregados de artificios” e que, no entanto, esse mundo artificial inclui, hoje, o espaço rural. Novas ruralidades-urbanidades diferenciais? Contudo, Moreira (2008, p. 174) ressalta que, nessa passagem de nível de complexidade e conceituação da humanidade,

(...) o nível de escalas das interações espaciais por sua vez desloca as relações do homem para o horizonte sem limites do planeta. Todavia, o que este ganha em escala de grandeza territorial, perde em escala de totalidade de convívio de mundo, o homem passando a relacionar-se com o mundo em migalhas.

Escala espacial: domínio (e poder) epistêmico?

Recentemente, na Geografia, desenvolvem-se algumas ideias sobre as conexões entre escala espacial e poder (político). Entretanto, o debate referente à natureza ontológica (ou somente epistemológica) da escala geográfica permanece cercado de dúvidas e antagonismos. De qualquer maneira, entendem-se como positivas as discussões sobre escala e poder, escala e espaço geográfico, que, variavelmente, podem estimular novas reflexões sobre escala e região.

Quanto à relação escala-poder-representação, Vainer (2002) afirma que o local não é apenas uma manifestação do geral, já que contribui para a configuração do estrutural. Salienta que se trata de um conceito nada consensual e questiona sobre sua condição territorial e escalar. Assim, com base em Vainer (2002), cabe indagar: o local, em termos espaciais, pode ser uma aldeia asiática? Um município brasileiro? Pode ser uma microrregião ou um cantão suíço? Um bairro? Um centro metropolitano? Essa problematização vai ao encontro do debate em torno da aproximação e da diferença entre o *local* e o *lugar*⁵. Com referência à dimensão mais política (e menos espacial) do local, Vainer (2002) questiona: corresponde ao autogoverno? Possui vínculo com a democracia radical-participativa? É o próximo? É o contrapoder? Manifesta uma rede de solidariedade? Vainer (2002, p. 22) interrelaciona globalismo, nacionalismo, localismo e regionalismo e levanta outra indagação: “em que escala se constrói a cidadania?”

Segundo Vainer (2002), o cidadão vive no local, na cidade, no município, sendo que se pode, às vezes, nesses lugares constatar uma “coesão localizada” de movimentos sociais firmados politicamente para enfrentar os problemas de natureza estrutural. Entretanto, o autor (2002) identifica significativa diferença entre uma espécie de “localismo competitivo” (de caráter conservador) versus um “localismo libertário”. Vainer (2002, p. 20) assinala que ambos rejeitam a escala nacional (são

⁵ Apesar de haver forte correspondência escalar entre lugar e local, muitas vezes o lugar é abordado em variadas escalas; assim, o lugar é comumente concebido como a casa, a rua, a praça, o bar, a aldeia, mas também a cidade, a microrregião, a metrópole, o país, etc. Sobre as concepções reacionárias de lugar, ver MASSEY, D. (2000). Um sentido global de lugar. In: ARANTES, A. (org.). *O Espaço da Diferença*. Campinas: Papirus; p. 176-185.

antinacionalistas) e apostam no internacionalismo firmado nas localidades para alcançar seus interesses: “Por mais opostos que sejam os horizontes do neolocalismo competitivo e os do neolocalismo autogestionário e libertário, num ponto a convergência é notável: a rejeição da escala nacional e do Estado Nacional como campo e ator predominantes da ação política.”

Para Vainer (2002, p. 17), com base em Borja e Castells (1997), os localistas (em geral) consideram os Estados nacionais demasiadamente pequenos para gerenciar os fluxos internacionais de poder, as riquezas produzidas e as novas tecnologias e, também, grandes demais para gerenciar, por exemplo, os diferentes interesses sociais e as identidades culturais. Como os “localistas”, a negação do nacional, segundo o autor, também é defendida pelos “globalistas” nos seus diferentes matizes ideológicos. Porém, Vainer (2002) também critica os “neonacionalistas”. Afirmar que uma boa parcela dos “neonacionalistas” defende que “é o Estado nacional, única escala e instituição escalar em condições de viabilizar, suscitar, a construção de alternativas viáveis ao capitalismo simultaneamente globalitário e fragmentador” (VAINER, 2002, p. 21). O autor rejeita essa posição neonacionalista que – segundo ele – se coloca, em geral, favorável “ao modelo nacional-desenvolvimentista com forte intervenção estatal.” (VAINER, 2002, p. 22).

No tocante ainda à relação entre escala, poder e espaço, Vainer (2002, p. 14) expõe outra preocupação: “qual a escala pertinente (ou prioritária), seja para a análise econômica e social, seja para a ação política eficaz?” Para Brito (2006, p. 103), “uma visão apenas localista do cotidiano produz um idealismo da esfera local, como se esta fosse constituída por comunidades ‘tradicionais’, coesas e homogêneas.” Vainer (2002, p. 14 e 28) reconhece iniciativas eficazes que vão desde um “internacionalismo renovado” ou reacionário até o caso de cidades e regiões que se colocam como centros de gestão do global, mas que também representam, no âmbito político e ideológico, movimentos antagônicos, como os baseados, por exemplo, no “fatalismo localista neoliberal” ou os contrários à (des)ordem hegemônica.

Contudo, o autor, no geral, critica os “localistas”, os “nacionalistas” e os “globalistas” que assumem uma perspectiva predominantemente monoescalar. Nesse sentido, Anelise Graciele Rambo e Aldomar Arnaldo Rückert (2008, p. 100) entendem que “considerar-se a existência de diferentes escalas atuantes em determinado território, possibilita a compreensão da densidade e da complexidade oriunda da multiplicidade de poderes neles existentes e atuantes.”

Com referência a Harvey (1997), Vainer (2002, p. 14) afirma que uma outra “ordem político-escalar” configura-se por intermédio das alternativas recém-desenvolvidas, como a intensificação da flexibilidade do capital, a velocidade das informações e a descentralização política e espacial. Porém, Vainer (2002, p. 25) ressalta que “as escalas não estão dadas, mas são, elas mesmas, objeto de confronto, como também é objeto de confronto a definição das escalas prioritárias em que os embates centrais se darão.” Sobre essa dialética entre escala, poder e espaço (que pode envolver e definir relações de dominação e/ou de libertação), Bernardo Mançano Fernandes (1991, p. 35) assinala que:

O espaço dominado é um fator de alienação do sujeito dominado, principalmente quando o espaço conhecido é *mínimo*, enquanto o espaço geral é estranho. A libertação do sujeito só é possível pela libertação do próprio espaço, é a ampliação dos horizontes mentais e do espaço circundante.

Nesses termos, a ampliação do horizonte geográfico pode contribuir com a ruptura da alienação humana. Mas a alienação geográfica parece se acentuar no contexto de reprodução da “espacialidade diferencial complexa” (MOREIRA, 2008, p. 175). Portanto, a transformação do espaço alienado em espaço vivido/concebido – o espaço de libertação, conforme Fernandes (1991) – pressupõe, de certa forma, compreensão dos níveis escalares de reprodução política e social. Lacoste considera necessário “que as pessoas estejam melhor armadas (...) que elas sejam capazes de perceber e analisar suficientemente rápido as estratégias daqueles que estão no poder” e defende, assim, que essas pessoas “estejam em condições de compreender as formas tão diferentes segundo os lugares que apresenta a crise dialética global, no seu desenvolvimento histórico e sua diferenciação espacial, em nível planetário, nacional ou regional.” (LACOSTE, 1997, p. 194).

Em razão das conexões escalares desenvolvidas nos diversos níveis espaciais, temporais e de poder, João Edmilson Fabrini (2006, p. 65) salienta (e exemplifica) que a escala de luta camponesa ultrapassa o âmbito econômico da produção e comercialização agrícola, pois,

pautando-se mais na dimensão política e relações de poder, os camponeses, por meio de movimentos têm se organizado nacional e até internacionalmente. Isto é o que se verifica nas manifestações do Fórum Social Mundial nas suas várias versões e, sobretudo na ação dos camponeses organizados na Via Campesina (...).

Para Fabrini (2006, p. 65), “o capital, apresentando uma vocação internacional, cria contraditoriamente condições técnicas, científicas e de comunicação para estabelecer uma geografia mundial” que não se restringe à configuração de uma rede global de mercadorias. Segundo o autor, essa internacionalização – do agronegócio, por exemplo – abre flancos para a “formação de uma rede de movimentos sociais fortalecidos e de resistência.” (FABRINI, 2006, p. 65). Assim, para o autor, a organização política de determinados grupos (de explorados) em escala mundial pode se efetivar, como é o caso da articulação nacional do MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) brasileiro, “presente em 23 unidades da federação semelhante à construção de uma rede” (FABRINI, 2006, p. 67). Fabrini (2006, p. 67) assinala que o MST se constrói não apenas como um movimento social, mas como “um movimento *socioterritorial*”, desta forma, segundo o autor,

o exemplo típico de movimentos camponeses de escala nacional que oferece maior resistência à opressão engendrados na produção capitalista é o MST. O fato de o movimento ser espacializado nacionalmente e articulado a outros movimentos, inclusive de outros países, tem trazido importantes resultados para os camponeses. (FABRINI, 2006, p. 67).

Fabrini (2006, p. 69) ressalta ainda que “o rompimento dos localismos e a geografização de abrangência nacional do MST contribuíram para fazer dele um movimento de grande importância política e poder”. O autor, entretanto, identifica determinadas diferenças entre algumas concepções políticas do Movimento e o modo de vida (e de produção) camponesa e, também, alerta para o valor (simbólico e de uso) da terra e da localidade – espaço concreto de vizinhança – dos camponeses:

A escala e conteúdo de ação dos camponeses se ampliam pelos movimentos, mas é preciso considerar que estes se alimentam de uma ação local, do território. (...) O coletivo entre os camponeses não está pautado em grandes causas estruturais, mas numa prática e ação local, cotidiana e comunitária (...) predominam os costumes locais e não universais que são estranhos ao mundo do campesinato. (FABRINI, 2006, p. 76 e 83).

Nesta perspectiva, Fabrini (2006, p. 77) afirma que o “local não é apenas uma especificidade e detalhe, mas uma dimensão portadora de conteúdo total e apresenta características que podem favorecer a realização das lutas camponesas”, e acrescenta:

as relações comunitárias podem possibilitar a construção da consciência política. Mas, por si, as relações comunitárias não se convertem em manifestações coletivas. São necessárias revelações políticas de compreensão da desigualdade social e dos diferentes interesses que marcam a sociedade capitalista. (FABRINI, 2006, p. 87).

Com base nas pesquisas de Katherine Jones (1998) e Kevin Cox (1998), Marly Nogueira (1999, p. 9) ressalta que a escala, pela sua natureza epistemológica, pode constituir-se um meio de atuação política e, também, pode fornecer subsídios para a compreensão de práticas político-territoriais. A autora, todavia, diferencia as abordagens dos dois pesquisadores. Segundo Nogueira (1999, p. 11), Cox vincula a transescalaridade ao conhecimento político de grupos locais. Territorialidades traduzidas como “espaços de engajamento” e “espaços de dependência” manifestam realidades conflituosas, como no caso de políticas locais que se defrontam com políticas nacionais. Nogueira (1999) salienta que articulações espaciais entre escala e rede social e a relativa consciência política no uso da “estratégia representacional” constituem referenciais na pesquisa de Cox. E Leila Christina Dias (2010, p. 166-167) salienta que:

Na visão de K. Cox (1998), a questão da escala é central para o discurso político – leigo e acadêmico –, e considerá-la na perspectiva do construtivismo social constitui avanço na discussão da geografia política. A ação de tornar-se ou vir a ser está presente no pensamento que ficou conhecido como “política de escala”, numa perspectiva que busca examinar como atores sociais fazem a si mesmos global e/ou local.

Nogueira (1999, p. 11), entretanto, sinaliza que a escala, para Jones, não possui *status* ontológico e sim *status* meramente epistemológico – posição que, nesse aspecto, se diferencia da concepção escalar de Cox. Desta forma, Jones (1998) aborda a escala (e a transescalaridade) como instrumento estratégico de apreensão do espaço e não como entidade espacial intrínseca. Segundo Jones, os recortes territoriais são efetuados de acordo com objetivos políticos e ideológicos. Os vários poderes, como as instituições ligadas ao planejamento urbano, por exemplo, criam seus recortes e elaboram suas “costuras” conforme a lógica de interesses, valendo-se, inclusive, da utilização dos mapas como “expressão pública e popular”, mas que, no entanto, muitas vezes, visa ao atendimento de necessidades particulares. Jones (1998) defende que o conceito de escala, ao ser assimilado, tende a contribuir para a compreensão de políticas territoriais. Assim, para Nogueira (1999, p. 12):

Considerando, pois, a natureza epistemológica da escala – da qual se extrai o conhecimento e apreensão da realidade – é que se vai entender o seu próprio uso, a sua própria serventia. Daí poder-se-ia também argumentar que o conceito de escala tem o poder de fornecer subsídios para a compreensão de práticas político-espaciais.

Valenzuela (2004, s.p.), com base em Javier Gutiérrez Puebla (2001), assinala para a necessidade de distinguir a escala como categoria ontológica e como categoria epistemológica: “En la primera, la idea de escala se asocia a la perspectiva que adopta el ser humano para aprehender y contextualizar la realidad; en la segunda, la escala significa la adopción de un nivel (magnitud, dimensión) a partir

del cual se ha de analizar la realidad.” Dias (2010, p. 165), com referência a Herod (2003), destaca que, embora a escala

tenha sido considerada durante muito tempo um dos conceitos-chave da Geografia, foi largamente utilizada como ideia para impor uma ordem organizacional ao mundo; (...) a partir dos anos 80 do século XX emerge outro pensamento sobre a natureza da escala, segundo o qual as escalas existem como produtos sociais, e ilumina o debate contemporâneo sobre a definição do estatuto ontológico do conceito em suas duas principais matrizes: escala como modelo mental para categorizar e ordenar o mundo e escala como construção – produto – social.

Segundo Dias, a perspectiva epistemológica inspira-se no “idealismo kantiano, que pensa os níveis escalares como parte de uma matriz de escalas preexistentes para ordenar processos e práticas da vida social”, e a perspectiva ontológica, de origem materialista, “pressupõe que escalas são socialmente produzidas através de processos de luta e compromisso.” (DIAS, 2010, p. 165). Vainer (2002) salienta que a escala não está geograficamente definida *a priori*, ela não substitui os processos, apesar de sua correlação intrincada com a abordagem processual. Para Ana Clara Torres Ribeiro (2004, p. 204), “as práticas sociais criam e expressam escalas.”

Eduardo Marandola Júnior (2004, p. 322), por outro lado, afirma que existe uma “diferença fundamental e inconfundível” entre escala e recorte espacial. Considera que a definição por uma escala implica na realização de um recorte analítico, mas assinala que “embora o ‘local’, o ‘regional’ e o ‘global’ possam constituir-se em escalas, não são em si. Afirmar que realizar-se-á o estudo de uma cidade não traz implícito a escala. Evidencia, isto sim, o recorte espacial.” (MARANDOLA JÚNIOR, 2004, p. 322).

É plausível pensar que a escolha de determinado “objeto espacial” – como uma cidade (seja pequena ou metropolitana) – evidencie, logicamente, o recorte espacial. Porém, parece cabível considerar, também, que essa escolha, concomitantemente, expresse implicitamente a escala (preferencial) de abordagem (ou então, que a escala de abordagem aponte para o corte espacial). Entende-se, ainda, que o recorte analítico mencionado pelo autor não se diferencia fundamentalmente da escala geográfica, mas, talvez sim, parcialmente, da escala numérica ou gráfica. Nesse sentido, recorte espacial e escala geográfica se aproximam. Rambo e Rückert (2008, p. 100) ressaltam que “as escalas geográficas de poder e gestão caracterizam um procedimento metodológico que contribui para a compreensão” dos processos socioespaciais. Compartilham com Castro (1995) sobre o caráter analítico da escala geográfica e defendem que, nessa perspectiva, ocorre melhor visibilidade do real:

Este real, por vezes pode ser compreendido somente através da representação e da fragmentação, um recorte. No entanto, este recorte, visto isoladamente de seu entorno, não tem poder explicativo. Ou seja, o recorte espacial a ser analisado estará sempre relacionado com seu entorno, com as demais escalas. (RAMBO; RÜCKERT, 2008, p. 101).

Contudo, Melazzo e Castro (2007, p. 140) assinalam que a “escala, como produção social, aparece como estratégia de produção da diferenciação espacial, como instrumento teórico para se apreender as diferenças espaciais e como lugar da luta política.” E acrescentam:

O domínio da escala da ação de cada sujeito, em suas estratégias espaciais, coloca em discussão o poder e a política de sua definição. (...) Uma teoria da escala geográfica seria assim uma teoria da estruturação do espaço, onde as diferenças espaciais poderiam ser apreendidas como resultados de disputas e de relações de poder; deveria atentar para os diferentes níveis de abstração que cada escala comporta; poderia sistematizar âmbitos ainda pouco explorados da vida social e explicitar as articulações uni ou pluriescalares de diferentes grupos sociais. (MELAZZO; CASTRO, 2007, p. 141).

Região e escala: ultrapassagem para a supranacionalidade?

Poder político, espaço (região, inclusive) e escala constituem uma tríade que deve ser considerada na produção de pesquisas geográficas, principalmente quando se associam temas da Geografia Política com da Geografia Regional. A região, nesse âmbito, bem mais próxima do conceito de território, tende a posicionar-se como instrumento de ação política, como construção social e como espaço concebido analiticamente, em diferentes escalas. Contudo, os estudos regionais, elaborados no período clássico da Geografia, se realizavam, predominantemente, nas escalas micro e meso. A região, por regra geral, era compreendida e investigada como recorte (objetivo e singular) do território nacional.

Na França, por exemplo, havia preferência pelos estudos regionais em microescala e pela abordagem idiográfica. A região era concebida como uma “síntese geográfica” que reunia os atributos físicos e humanos. Era comum, inclusive, o procedimento comparativo de trabalhos (monográficos) na mesma escala. Na Alemanha, Hettner, apesar de apontar para uma perspectiva corológica geral, não avançou na reflexão sobre a escala dos recortes regionais, “um dos principais problemas teóricos e metodológicos da Geografia.” (LENCIONI, 2000, p. 125). Hettner, segundo Sandra Lencioni (2000), discordava dos trabalhos regionais em escala continental ou mesmo em países de grandes dimensões territoriais, portanto, defendia a mesoescala (diferente da noção de escala intermediária) para as abordagens regionais.

Cabe registrar, ainda, que, no decorrer do período referente às produções da Geografia Teórico-Quantitativa, a região permaneceu circunscrita à escala subnacional. Desenvolveram-se procedimentos de regionalização dos espaços nacionais e a análise regional rompeu, parcialmente, com a noção de “região ideográfica”. Contudo, surgiram outros problemas de natureza metodológica (e ideológica) e, em termos escalares, conforme mencionado, não houve progresso.

Ao abordar, entretanto, as mais recentes ressurreições da região, Rogério Haesbaert (2005, p. 14) aponta para a “relevância das escalas intermediárias”. Salienta que o “retorno da região nos anos 1980/90 ocorreu também numa outra escala, comumente menosprezada pela Geografia clássica, que valorizava sobretudo as meso-escalas intra-nacionais e supra-locais. Trata-se da escala internacional (...)”. Haesbaert (2005, p. 28) destaca que “o caráter multi-escalar dos processos econômicos e as novas formas de gestão implicam uma valorização dos níveis ‘regionais’ (...)”. Para Milton Santos (1997, p. 272), a “situação intermediária entre o Mundo e o país é dada pelas regiões supranacionais, e a situação intermediária entre o país e o lugar são as regiões infranacionais, subespaços legais ou históricos.”

Maria Teresinha de Resenes Marcon (2010, p. 259) apregoa a urgente adoção de uma “visão escalar para compreender a complexidade do conceito de região” e, ao mesmo tempo, “uma ruptura com os conceitos cristalizados de região natural, região homogênea e região geográfica”. Mudança na percepção escalar da região seguida de aperfeiçoamento conceitual contribuirá, significativa-

mente, com o exercício de análise das regiões produzidas pelo movimento globalizado do capital rentista? Auxiliará na reinterpretação das velhas regiões preservadas pelas lógicas convencionais de acumulação-reprodução dos capitais agrários e industriais?⁶ Nesse sentido, cabe conceber a escala geográfica – inclusivamente – como uma apreensão intelectual e política dos recortes espaciais? Como um componente intrínseco das regiões? Ou a escala espacial deve ser apreendida como um instrumento metodológico que permite recortar o espaço nos seus diferentes níveis (do local ao internacional) regionais?

De qualquer modo, a construção de uma União Europeia, de um Mercosul (espaços supranacionais caracterizados pelas “novas doutrinas” do mercado mundial?), a configuração geopolítica de um Oriente Médio ou de uma Amazônia sul-americana, por exemplo, “solicitam” da Geografia Humana não uma renúncia, mas um posicionamento diante da expressão *região internacional*. Portanto, defende-se como necessária a superação, no campo epistemológico da Geografia, das “atrofias escalares” associadas aos conceitos regionais.

⁶ Sobre o assunto, ver artigo de Horta (2012): Geografia Humana: “des-regionalização” (in)consequente? In: *Terra Livre*, ano 28, nº 38, p. 121-146.

Referências

- BRITO, T. M. A. importância das escalas espaciais para compreensão do processo de globalização. In: *Geografias: Revista do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-graduação em Geografia do IGC-UFMG*, Belo Horizonte: UFMG, v. 2, n. 1, p. 93-106, jan./jun. 2006.
- CASTRO, I. E. O problema da escala. In: CASTRO I. E.; GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L. (org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 115-140.
- DIAS, L. C. Escalas Espaciais e Construção de Redes Microfinanceiras no Brasil. In: MATOS, R.; SOARES, W. (org.). *Desigualdades, Redes e Espacialidades Emergentes no Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010, p. 163-184.
- FABRINI, J. E. A Escala da Luta e Resistência Camponesa. In: *GEOSUL – Revista do Departamento de Geociências; Programa de Pós-Graduação em Geografia*, Florianópolis: UFSC, v. 21, n. 42, p. 63-74, jul./dez. 2006.
- FERNANDES, B. M. “O Todo é a Parte e a Parte é o ‘Todo’”. A Interação Espaço-sujeito. In: *Revista de Geografia*, Presidente Prudente/SP: UNESP, v. 10, p. 31-38, 1991.
- FRÉMONT, A. A. *Região, Espaço Vívido*. Coimbra: Almedina, 1980.
- HAESBAERT, R. *Regional-Global. Dilemas da Região e da Regionalização na Geografia Contemporânea*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- _____. Morte e vida da região. Antigos paradigmas e novas perspectivas da Geografia Regional. In: SPOSITO, E. (Org.). *Produção do espaço e redefinição regionais: a construção de uma temática*. Presidente Prudente: UNESP, 2005, p. 9-33.
- _____. Escalas espaço-temporais: uma introdução. In: *Boletim Fluminense de Geografia*, Niterói: AGB (Seção Local), ano 1, v. 1, n. 1, p. 31-51, 1993.
- LACOSTE, Y. A. *Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. 4ª ed. São Paulo: Papyrus, 1997.
- LENCIONI, S. *Região e geografia*. São Paulo: Edusp, 2000.
- MARANDOLA JÚNIOR, E. Uma Ontologia Geográfica dos Riscos: duas escalas, três dimensões. In: *GEOGRAFIA*, Rio Claro/SP: AGETEO, v. 29, n. 3, p. 315-328, set./dez. 2004.
- MARCON, M. T. R. As Redes Políticas Territorializadas na Serra Catarinense: novas escalas de cooperação. In: MATOS, R.; SOARES, W. (org.) *Desigualdades, Redes e Espacialidades Emergentes no Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010, p. 259-288.
- MELAZZO, E. S.; CASTRO, C. A. A Escala Geográfica: noção, conceito ou teoria? In: *Terra Livre 29 – A Geografia no tempo de Novos Conhecimentos do Espaço!*, Presidente Prudente/SP: AGB, ano 23, v. 2, p. 133-142, 2007.
- MOREIRA, R. A. Reestruturação Espacial e as Novas Formas de Sujeitos e Conflitos nas Relações Geográficas deste Começo de Século. In: *Terra Livre 30 – O Espaço não Para por uma AGB em Movimento*, Presidente Prudente/SP: AGB, ano 24, p. 171-184, jan./jun. 2008.
- NOGUEIRA, M. *Produção do espaço e escala – efeitos diferenciados. Exame de Qualificação – Doutorado*; Programa de Pós-Graduação em Geografia do IGEO-CCMN. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.
- RACINE, J. B.; RAFFESTIN, C.; RUFFY, V. Escala e ação, contribuições para uma interpretação do mecanismo de escala na prática da Geografia. In: *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 45, n. 1, p. 123-135, jan./mar. 1983.
- RAMBO, A. G.; RÜCKERT, A. A. Desenvolvimento Territorial e Escalas Geográficas de Poder e Gestão – o caso da Cooperacana, Porto-Xavier-RS. In: *GEOSUL – Revista do Departamento de Geociências; Programa de Pós-Graduação em Geografia*, Florianópolis: UFSC, v. 23, n. 46, p. 95-114, jul./dez. 2008.

- RIBEIRO, A. C.
T. Regionalização:
fato e ferramenta.
In: LIMONAD, E.;
HAESBAERT, R.;
MOREIRA, R. (org.).
*Brasil Século XXI – Por
uma nova regionalização?
Agentes, processos,
escalas.* São Paulo: Max
Limonad, 2004, p. 194-
220.
- SANTOS, M. A
*Natureza do Espaço –
Técnica e Tempo. Razão
e Emoção.* 2ª ed. São
Paulo: Hucitec, 1997.
- SILVEIRA, M. L. Escala
Geográfica: da ação
ao império? In: *Terra
Livre 23 – Temperos
da Geografia*, Goiânia:
AGB, ano 20, v. 2, p. 87-
96, jul./dez. 2004.
- SMITH, N. Geografía,
Diferencia y las Políticas
de Escala. In: *Terra
Livre 19 – Geografía,
Movimentos Sociais e
Teoria*, São Paulo: AGB,
ano 18, v. 2, p. 127-146,
jul./dez. 2002.
- VALENZUELA, C.
Reflexiones sobre la
Dialéctica de Escalas
en el Examen de los
Procesos de Desarrollo
Geográfico Desigual.
In: *Revista Bibliográfica
de Geografía y
Ciencias Sociales (Serie
documental de GEO
CRÍTICA)*, Universidad
de Barcelona, v. IX, n.
552, 2004. Disponível
em: <[http://www.ub.es/
geocrit/b3w-552.htm](http://www.ub.es/geocrit/b3w-552.htm)>.
Acesso em: 25 mar. 2011.
- VAINER, C. B. As
escalas do poder e o
poder das escalas: o
que pode o poder local?
In: *Planejamento e
Território: ensaios sobre
a desigualdade. Cadernos
IPPUR*, Rio de Janeiro:
UFRJ/IPPUR, ano XV,
n. 2, ago./dez. 2001, ano
XVI, n. 1, jan./jul. 2002,
p. 13-32.